

Construção Social da Maternidade

Paula Antonelli Penteadó¹

Resumo

O artigo aborda a contextualização histórica e cultural da família por meio da visão dos autores Ariès, Badinter, Julien, Passos e Roudinesco trazendo uma perspectiva histórica da formação de família do século XV até a configuração atual na cultura ocidental, atravessando a contemporaneidade e culminando com a construção social da maternidade, objetivando questionar as tradicionais imposições culturais sobre o tema e seus reflexos, assim como as relações maternas.

Palavras-chave: *contextualização histórica e cultural; maternidade; contemporaneidade.*

Social Construction of Maternity

Abstract

The presented article introduces readers to the family's cultural and historical contextualization through the view of Ariès, Badinter, Julien, Passos and Roudinesco bringing a historical perspective of family formation in the fifteenth century to the current configuration in current occidental culture, through contemporary times and culminating with the social construction of maternity, aiming to challenge the traditional cultural impositions on the subject and its reflects, as well as maternal relations.

Keywords: *cultural and historical contextualization; maternity; contemporaneity.*

História

Quando falamos de família, o que nos vem automaticamente à cabeça é a formação atual baseada em um conceito patriarcal do século passado. Porém, ao aprofundarmos nossos estudos, podemos verificar que nem sempre este modelo que habita nosso imaginário foi padrão e, ainda, que não o é mais.

¹ Psicóloga clínica, terapeuta de família e casal. Membro da Associação Brasileira de Terapia Familiar – ABRATEF. Membro titular da Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro - ATF-RJ. Especialista em Terapia de Família e Casal pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ – IPUB. Aluna da especialização em clínica psicanalítica no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ – IPUB. www.paulapenteadó.com.br

Segundo Ariès (1978), o termo “família” é derivado do latim “famulus”, e significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos locais ao serem introduzidos à agricultura e também à escravidão legalizada. Nessa época, predominava uma estrutura familiar patriarcal, em que um vasto leque de pessoas encontrava-se sob a autoridade do mesmo chefe. Nos tempos medievais, os laços eram feitos por vínculos matrimoniais, formando novas famílias, a paterna e a materna.

Para o referido autor, na cultura ocidental, uma família é definida especificamente como um grupo de pessoas de mesmo sangue, ou unidas legalmente, por matrimônio ou por adoção. Muitos etnólogos argumentam que a noção de “sangue” como elemento de unificação familiar deve ser entendida metaforicamente e que em muitas sociedades de culturas não ocidentais, a família é definida por outros conceitos que não “sangue”. A família poderia, assim, constituir-se de uma instituição normalizada por uma série de regulamentos de afiliação e aliança (Ariès, 1978).

Ainda na Idade Média, nas classes populares, as crianças misturavam-se aos adultos. Assim que eram consideradas aptas a serem independentes, passavam a viver sem a ajuda das mães e das amas, mais ou menos aos sete anos (Ariès, 1978).

Ariès (1978) aponta ainda a falta de afeição dos ingleses em relação a suas crianças, no fim do século XV na Inglaterra. As famílias costumavam enviá-las após a idade de sete anos para conviver com outras famílias e realizar serviços pesados e tarefas domésticas. Elas ficavam assim por um período de sete a nove anos, objetivando o aprendizado de “boas maneiras”.

Este mesmo autor afirma que, no início dos tempos modernos, a preocupação com a educação tornou-se, mais uma vez, evidente. Os partidários religiosos lutaram contra a desordem da sociedade medieval começando, então, uma verdadeira mobilização social: o aspecto moral da religião, pouco a pouco, começou a prevalecer. Iniciou-se uma nova fase: a história da escola.

As ordens religiosas, fundadas por jesuítas ou oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino. Este não mais era destinado aos adultos, pois era essencialmente reservado às crianças e aos jovens (Ariès, 1978).

Havia uma literatura dominante que tinha como objetivo ensinar aos pais que eles eram guardiões espirituais de seus filhos e, perante Deus, eram responsáveis por suas almas até a morte, depois da qual, continuavam zelando por seus corpos. Esta preocupação com a educação da criança indicava que esta não estava madura para a vida e precisaria passar por um ritual especial para unir-se aos adultos (Ariès, 1978).

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e dos nomes e assumiu uma função moral e espiritual, cuidando dos corpos e das almas das crianças e dos jovens. Ter um filho passou a inspirar novos sentimentos, uma afetividade nova, o sentimento moderno de família.

A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola – uma escola transformada, instituída por intermédio de disciplina severa e protegida pela justiça e pela política. Havia textos escritos pelos moralistas da época, por volta de 1600, que diziam: “Os pais deviam enviar seus filhos, desde a mais tenra idade, ao mercado da verdadeira sabedoria – colégio, onde eles se tornariam os artífices de sua própria fortuna, os ornamentos da pátria, da família e dos amigos” (Ariès, 1978, p. 195).

É no século XVIII que a família passou a se reorganizar em torno da criança, a partir de um movimento que foi chamado de “o muro da vida privada” (Ariès, 1978, p. 195). Ainda no século XVIII, Ariès relata que a família começou a se separar da sociedade ficando mais restrita a convivência de seus familiares. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo e a independência dos cômodos passou a existir. O conforto desta época, junto com a intimidade, a discrição e o isolamento. Não havia mais camas por toda parte. Elas eram reservadas ao quarto de dormir com espaços adequados para os toaletes e higiene. A especialização dos cômodos, surgida entre a nobreza e a burguesia, foi um marco, podendo ser considerada uma das maiores mudanças da vida cotidiana da época. Foi nesse momento, também, que os empregados passaram a ter áreas separadas para dormir (Ariès, 1978).

As escolas de caridade do século XVII, fundadas para os menos favorecidos atraíam também as crianças ricas. Mas, a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitaram mais essa mistura e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular para colocá-las nas pensões ou nas classes elementares do colégio, cujo monopólio conquistaram. Surgiu o sistema de classes, uma infinidade de pequenas sociedades: as famílias. Estas famílias e as classes reuniam indivíduos que se aproximavam por semelhança moral e identidade de seu modo de vida (Ariès, 1978).

Um homem – ou uma mulher – bem-nascido não via nenhum problema em usar seus trajes suntuosos ao visitar os miseráveis das prisões, dos hospitais ou das ruas, quase nus debaixo de seus “trapos” (Ariès, 1978). Porém, chegou um momento em que a burguesia não aguentou mais a pressão da multidão nem o contato com o povo. Ela, então, afastou-se e saiu da vasta sociedade “polimorfa” para se organizar à parte, num meio homogêneo, entre suas famílias fechadas em habitações previstas para a intimidade, protegidas contra toda a

“contaminação popular”. A justaposição das desigualdades, no momento anterior vista como natural, tornou-se intolerável. “O sentimento da família, o sentimento de classe e, talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem, portanto, como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade” (p. 196).

Segundo Julien (2000), com o crescimento do anonimato urbano e devido à ausência de qualquer comunidade profissional estável, a família configura-se hoje como único referencial e lugar onde é possível ser compreendido. Surge, então, a sociedade intergeracional que se fortalece gradativamente e é caracterizada pelos seguintes fatores: a guarda de crianças pequenas pelos avós; ambos os pais trabalhando; ajuda financeira contínua de outros membros da família; residência compartilhada; apadrinhamento profissional da geração em ascensão; apoio afetivo e moral dos pais e avós; férias simultâneas; sentimento de dívida e gratidão para com a geração precedente.

Porém, essa modificação familiar nada mais é do que reações sintomáticas a alguma crise na instituição familiar, tais como: casais separados, famílias monoparentais ou recompostas, incompetência crescente dos pais na educação dos filhos, declínio na imagem social do pai, celibato prolongado das mulheres por motivo profissional etc. Estes e outros fatores apontam para a impossibilidade de as novas gerações fundarem uma nova família. “A saúde é um estado de bem-estar total, físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença e de enfermidade” (Julien, 2000, p. 25).

Nas sociedades tradicionais, ditas patriarcais, os pais compartilham o poder na comunidade cívica e exercem o poder absoluto sobre seus familiares. Uma das principais características deste tipo de família é a hierarquia. O casamento dos filhos é um acordo entre dois pais em que um dá uma filha e recebe outra para seu filho (Julien, 2000). O que realmente está em jogo em uma situação como esta é algo de extrema importância para os patriarcas, como, por exemplo, o futuro do patrimônio.

Julien (2000) relata que a modernidade viu o declínio dessa modalidade social do pai e permitiu a modificação das razões da escolha conjugal. Esta é uma ruptura importante. Antigamente, as famílias velavam pela semelhança de identidade dos esposos como educação, crença religiosa, tradições culturais e outros requisitos. Depois disso, a sexualidade exposta publicamente mostra que existe algo mais nas identificações sociais: uma transgressão das fronteiras culturais, uma mestiçagem étnica, uma insubordinação na linhagem.

Para esse autor, a modernidade é definida por uma nova fragmentação entre o privado e o público. O privado torna-se o lugar da conjugalidade, e o público, o da parentalidade. Há uma mudança de sentido na definição de vida

privada. Ela deixa de ser o lugar provisório do nascimento e do desenvolvimento da vida como condição para a passagem definitiva ao espaço público da cidade. Nasce um espaço reservado, a intimidade, entre um homem e uma mulher, é subtraída aos olhares públicos. “Cortinas, portas e paredes são erguidas para fechar o lugar do nascimento e do renascimento incessante de dois desejos, um pelo outro e outro pelo um” (Julien, 2000, p. 12).

“Nada é menos acessível aos olhares e nem mais propício ao mistério do que esses domínios cercados de muros e tão estreitamente rodeados de árvores que parece que os seres que ali vivem não têm nenhuma outra comunicação a não ser entre eles ou com o céu” (Julien, 2000, p. 12).

A distinção entre o privado e o público toma forma de disjunção no século XX, entre conjugalidade e parentalidade. O social invade o domínio do político e avança sobre território familiar. Cada vez mais os representantes da sociedade intervêm na relação entre pais e filhos.

A relação familiar, antes professada como bem-estar da família no “ninho”, constituindo presença de corpo e coração da mãe, no século XX não deixa essa relação ao arbítrio do pai e da mãe, mas sim do terceiro social como professor, pediatra, psicólogo, assistente social, juiz de menores e juiz de varas (Julien, 2000).

Para o autor, quanto mais a conjugalidade é privada mais a parentalidade é pública. Dentro de uma categoria chamada pelo autor de figuras da disjunção, Julien (2000) ressalta casais vivendo em união livre, fora do casamento. Casais frequentemente estáveis, que instituem uma vida comum privada e a fazem ser reconhecida pelos mais próximos. Porém, assim que nasce um filho, o casal recebe uma autoridade parental cruzando a barreira entre o privado e o público.

A modernidade preconiza o bem-estar; os direitos do filho nascem com o dever dos pais e da sociedade de assegurar o bem da geração seguinte. As palavras mestras do discurso social sobre a família são segurança, proteção, prevenção e assistência. Mas, com o terceiro social em jogo, a transmissão intergeracional não é mais exclusividade dos pais (Julien, 2000).

O autor lembra um artigo de Lévi-Strauss² chamado “A Família” (1983, In Julien, 2000) relatando as diversas modalidades de família ao longo do tempo: família “ampliada”; família “restrita”, monogamia; poligamia; poliandria; entre outros. O que existe é uma estrutura elementar que separa as condutas animais das humanas. “Uma família não poderia existir se não houvesse primeiro uma sociedade, não o inverso” (p. 30).

² Publicado em inglês em 1956, depois em francês em Claude Lévi-Strauss, *Le Regard éloigné*, Plon, 1983, pp. 65-92.

Roudinesco (2003) questiona qual será o futuro da família e, para os que temem a destruição desta instituição, objeta que a “família contemporânea horizontal vem se comportando bem e garantindo corretamente a reprodução das gerações” (p. 197).

Diante deste quadro, chegamos à conclusão de que a família sofreu severas mudanças até chegar à contemporaneidade; porém, essas alterações não estremeceram a estrutura da instituição familiar, apenas seus padrões foram alterados. Os seres humanos continuam associando-se e relacionando-se intimamente.

Contemporaneidade

Atualmente, novas questões surgem, outras tantas reaparecem e muitas deixam de fazer sentido no quadro geral das mudanças processadas no contexto familiar. Existe a constatação de que, por mais inusitadas que possam parecer certas expressões do indivíduo no grupo ou mesmo do grupo em sua totalidade, elas certamente evidenciam novas roupagens ou diferentes arranjos e atualizações de experiências já vividas por outras gerações.

Passos (2003) afirma que as metamorfoses processadas pelo sujeito ou pelo grupo familiar dependem sempre de um entrecruzamento de fatores os quais temos acesso limitado. Por isso, o sujeito constitui o aspecto mais complexo e também mais fundamental das transformações sejam elas das famílias ou das demais instituições sociais.

Quando se trata da família, segundo Passos (2003), a compreensão dos seus processos internos passa inevitavelmente pelas noções de intrassubjetividade, intersubjetividade e transsubjetividade como referências que permitem o discernimento daquilo que é próprio ao sujeito, ao outro e ao campo social. Em outros termos, essas noções permitem conceber o sujeito em seu contexto histórico e cultural, o grupo como sujeito coletivo e a sociedade como contorno para o sujeito e o grupo.

Em conjunto, essas três referências constituem o eixo central que organiza a família e, como tal, balizam suas transformações. Cada uma delas possui particularidades que revelam, seja individual ou entrelaçadamente, as distintas formas pelas quais os sujeitos movimentam-se no grupo. A intrassubjetividade diz respeito àquilo que é próprio à realidade interna, à relação que o sujeito mantém com instâncias da ordem do intrapsiquismo como desejos, sonhos, fantasias, etc. A intersubjetividade dimensiona, mais especificamente, as relações entre os sujeitos quase sempre inscritos em algum espaço grupal, seja família, amigos, trabalho, etc. A transsubjetividade, por sua vez, refere-se àquilo que é próprio a uma dimensão social em seu sentido mais amplo e tem uma profunda repercussão no sujeito e nas relações entre os sujeitos inseridos nas distintas modalidades institucionais (Passos, 2005).

Nesse caso, podemos pensar nas implicações que têm determinadas incidências do contexto social na família ou mesmo em seus membros. Tomemos como exemplo o caso da violência no Brasil que tem sido um agente desestabilizador na medida em que gera insegurança e tensão entre os sujeitos que estão sempre criando estratégias de defesa e reformulando seus mais elementares hábitos cotidianos.

Figueira (1989, In Passos, 2005), sugere a existência de uma “modernização reativa” ou “falsa modernização”, que dizem respeito a certas performances dos sujeitos na tentativa de encontrar saídas para os conflitos e desestabilizações gerados pela velocidade com a qual se transforma a sociedade.

A autora questiona ainda a função da família em relação aos sentidos implícitos e as funções do grupo familiar tanto no que diz respeito às incidências do grupo em relação a cada um de seus membros, como no sentido inverso, de cada membro em relação ao grupo, e também dos membros entre si. Esses três movimentos integram-se e constituem uma rede por meio da qual emergem os sentidos e as funções da família. Significa, portanto, dizer que não só a família tem suas funções em relação aos sujeitos, mas estes também têm uma instrumentalidade em relação ao grupo. Além disso, os subsistemas interagem delineando suas funções recíprocas, ou seja, os filhos em relação aos pais e vice-versa (Passos, 2005).

Contextualizando historicamente segundo Ariès (1978), não podemos deixar de sublinhar que a estreita reação entre sujeito e família surge somente quando há o recolhimento da família em um espaço privado no século XVIII. Até então, o mundo público era dominante e as crianças e os adultos de uma família se relacionavam entre si do mesmo modo que transitavam com as outras pessoas da sociedade. Não havia distinção entre os investimentos afetivos dos membros de uma família com outros membros da comunidade. O palco das relações eram os espaços abertos, ruas, praças, palácios nos quais a intimidade entre as pessoas não tinha lugar. O recolhimento dos membros de uma família com laços biológicos a uma casa com espaços de convivência delimitados originou essa privacidade, troca entre os sujeitos e, talvez, a noção de família. O conceito surge da possibilidade de reconhecimento mútuo entre os sujeitos, da troca de afetos entre eles, e isso só se torna possível a partir de um espaço físico que possibilitava a aproximação entre pessoas.

A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade. Os mitos, como o do amor cortês (ou precioso), desprezavam o casamento, enquanto as realidades, como a aprendizagem das crianças afrouxavam o laço afetivo entre pais e filhos (Ariès, 1978).

Desde então, a família permaneceu envolta por uma rede na qual prevalece uma dinâmica interna de reflexos subjetivos mútuos. Evidentemente, as famílias se estruturaram de formas diversas em função do lugar, tempo, heranças, etc., e é desse emaranhado de fios que emergem as funções do grupo familiar (Ariès, 1978).

Segundo Badinter (1980), ao abordar a dimensão processual de uma estruturação familiar é observado que o casal tem um período de latência após a concepção de um filho para se preparar para recebê-lo. Essa preparação pressupõe uma série de negociações entre os cônjuges para construir seus novos lugares e papéis, agora não mais em uma relação dual, mas em uma triangulação.

A autora ressalta que *maternar*³ é a primeira função da mãe junto à criança e, ainda que esse momento da recepção do bebê coloque a mãe em primeiro plano, é preciso considerar a presença do pai/cônjuge dando amparo a essa função. Associadas a essa dimensão materna, surgem outras funções que, embora possam ser pensadas como apenas de responsabilidade dos pais, têm seus tentáculos no grupo como parte de uma rede maior. Com isso, a autora quer dizer que *maternar* significa, além de receber e introduzir a criança em um ambiente no qual a mãe é a protagonista, também reconhecê-la como diferente de si e, como tal, elo de uma cadeia de transmissão que se iniciou muito antes de sua concepção. A apresentação do bebê ao pai também depende desse conhecimento que a mãe faz da criança e terá peculiaridades distintas em função da modalidade de relação familiar ou conjugal vivida. Dentre as atribuições da mãe, o cuidar afetivo, o alimento propriamente dito e o nutrir simbólico são subsidiários marcando a constituição de uma matriz com a qual a criança humaniza-se e insere-se em um contexto social para além dos limites do seu grupo de origem (Badinter, 1980). A mesma autora ressalta que, como fonte primeira do desenvolvimento infantil, a *maternagem*⁴ e seus desdobramentos sustentam algumas das importantes funções inerentes ao grupo familiar.

Construção social da maternidade

Para Badinter (1980), este sentimento mutante durante épocas foi chamado de “amor materno”, concebido em termos de instinto. Acredita-se até hoje que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, não importando o meio ou o tempo em que ela viva. Aos olhos da sociedade atual, a mulher ao tornar-se mãe parece encontrar-se em uma nova condição extremamente privilegiada perante a mulher que ainda não o é, como se a mulher estivesse programada para ser mãe desde que nasce e esse amor aflorasse automaticamente assim que tivesse um filho.

3 Optamos por manter a palavra escolhida pela autora. OBS: esta é a tradução para o português da palavra escolhida pela autora.

4 Optamos por manter a palavra escolhida pela autora. Idem acima.

Consideramos que a procriação não tem sentido se a mãe não assegura sua obra até o fim, dando condições para a sobrevivência e transformação do embrião em um indivíduo acabado. A maternidade engloba um estado fisiológico momentâneo – a gravidez – e é uma ação a longo prazo que envolve a educação.

Partindo deste ponto, fica difícil explicar a distância e o desinteresse materno em relação à sua cria perante à sociedade atual, dois fatores fortemente marcados na história e que persistem até hoje em algumas situações. Porém, alguns historiadores encontram várias justificativas econômicas e demográficas para esses fatos. “O que equivale a dizer que o instinto da vida suplanta o instinto materno” (Badinter, 1980, p. 20).

Instinto, segundo a concepção do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é o fator inato de comportamento dos animais, variável segundo a espécie, caracterizado, em dadas condições, por atividades elementares e automáticas (Ferreira, 1999, p. 1119).

Historicamente, segundo Badinter (1980), um dos mais importantes questionamentos levantados sobre o instinto materno foi desenvolvido há mais de 30 anos na obra de Simone de Beauvoir. Na sequência, psicólogos e sociólogos fizeram os mesmos questionamentos. É interessante observar que estes eram feitos em sua maior parte por mulheres. Porém, como muitas eram feministas, preferiu-se acreditar que esta inspiração era mais militante do que científica. Como consequência, em vez de aprofundar essa discussão, estes trabalhos foram desqualificados e relacionados com a esterilidade voluntária, a agressividade e a virilidade destas mulheres.

Para a autora, os conceitos de instinto e natureza humana perderam o prestígio há algum tempo por serem difíceis de encontrar atitudes universais referentes à questão. Com a renúncia dos estudiosos em usar o termo “instinto” referindo-se ao homem, estabeleceu-se um consenso entre os intelectuais na intenção de extirpar o vocábulo.

Mesmo reconhecendo que os comportamentos maternos não fazem parte do domínio do instinto, ainda se pensa que o amor de mãe pelo filho é tão forte e generalizado que provavelmente se deva à natureza. Apesar de mudar o vocabulário, conservam-se as ilusões. Porém, existe uma contradição: se abandonamos o instinto e usamos o amor, conservamos neste a característica do outro, mas o sentimento materno parece menos mecânico ou automático do que o instinto (Badinter, 1980).

Dentro da maternidade, observa-se o fato de a indiferença existir constantemente no decorrer da história e, com ressalva, em nossa sociedade. Esta indiferença pode aparecer de várias maneiras, seja como frieza, aparente desinteresse ou ainda como a proteção sentimental contra o risco de perder o objeto ao qual se apegou (Badinter, 1980). A autora declara que o amor materno pode ser menor ou maior dependendo das dificuldades externas que se abatem sobre as pessoas, mas que este amor está sempre presente.

Existem relatos de que no século XIV mães choram por filhos mortos. Este testemunho mostra simplesmente que em todos os tempos existiram mães que amaram e que o amor materno não é uma criação, ele existe em maior ou menor grau (Badinter, 1980).

Entre outros fatores de relevância a serem relatados, há o econômico contribuindo para o comportamento das mães bem como o peso das convenções sociais. Amar em demasia aos filhos seria pouco elegante e perda de tempo para o ideal mundano da época do século XVIII, como relata Ariès (1978).

Na perspectiva de Badinter (1980), o amor materno não é “dado”, mas sim “conquistado” e, acrescentamos, construído. Porém, existe uma crença cultural de que esse amor seja algo natural, que nasce com as mulheres como uma verdadeira característica feminina. Essa convicção se dá basicamente por duas razões: a primeira, devido à imposição feita pela cultura, responsável pelo desenvolvimento do modelo de amor materno conhecido atualmente e com o qual temos convivido desde o século XIX; a segunda, como idealização entre a relação mãe-filho que direciona ao desejo de união perfeita, fantasia de completude que protege o indivíduo das ansiedades e medos de separação e perda.

Porém, segundo a autora, a construção do afeto precisa de proximidade física e emocional devendo ser conquistado com e na convivência. É na intimidade das relações construídas no cotidiano que o afeto germina, cresce e frutifica. E é nessa intimidade que as relações podem estremecer, tornar-se espinhosas. O amor materno não foge a essa regra, uma vez que ele não é decorrente, como se crê, da ação de algum instinto. É afeição que, como qualquer outra, necessita de reciprocidade desenvolvida em um relacionamento estreito e contínuo que assegure confiança e familiaridade aos que dele se nutrem. É uma construção.

O amor não é dado, não está garantido de antemão, não é fruto de geração espontânea. Ele demanda empenho, cuidado e investimento dos que integram uma relação amorosa qualquer, seja ela entre mãe e filho, entre amantes ou entre amigos. São estas relações humanas que precisam todo o tempo de cuidado para frutificarem.

Pela perspectiva de Mizrahi (2004), pode-se entender a falta de amor por trás de uma dedicação artificial à criança.

Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão (Badinter, 1980). A boa mãe ama ou não é boa mãe. Ela agora é responsável pela casa, pelos bens e suas almas, a mãe é sagrada. Essa nova carreira materna que apareceu para a mulher traz inúmeras vantagens, tanto que muitas mulheres apressam-se em abraçar esta carreira. Graças à responsabilidade crescente da mãe, a esposa pode impor-se mais ao marido e ter muitas vezes, enquanto mãe, a última palavra. Não seria esse um interesse pessoal?

Essa nova condição da mulher como mãe apresentou-se lentamente do final do século XVIII em diante. No entanto, não houve uma unificação nos comportamentos maternos e ainda existem muitas diferenças nas atitudes das mães que reagem de maneiras distintas, por conta de sua história pessoal, seus sentimentos e sua classe social. A chegada do filho é vivida de maneira diferente, dependendo de cada família. “O berço do bebê nem sempre está cercado por uma família emocionada, prestes a tudo sacrificar pelo bem-estar do recém-nascido”. (Badinter, 1980, p. 227).

Alguma coisa, portanto, mudou profundamente: as mulheres sentiram-se cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir os seus deveres ou mesmo amar como era esperado, viam-se culpadas. A autora relata que a culpa dominou o coração das mulheres (Badinter, 1980).

A novidade em relação aos dois séculos precedentes é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e a sociedade. Nova é a associação das duas palavras “amor” e “materno” que significa a promoção do sentimento e também promoção da mulher enquanto mãe (Badinter, 1980).

Resumindo a forma de observar da autora e percorrendo a história, podemos constatar a extrema variabilidade de sentimentos e ações maternas segundo a cultura: tudo depende da mãe, da história e de seu meio social. Não existe uma lei universal nesse assunto que escape ao determinismo natural, porém, a relação pode ser produtiva ou destrutiva.

Podemos pensar, assim, que o amor materno decorre de uma construção e não de um pré-requisito feminino. Ressaltamos que essa construção do amor aparece de maneira gradual através de um aprendizado, como todas as relações. “O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional” (Badinter, 1980, p. 367).

Tentando compreender de que forma o desejo da mulher se articula com o desejo de ser mãe ao longo da história, acreditamos que uma das questões mais complexas e colidentes continua a ser a maternidade. Apesar de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, parece que as crenças culturais ainda estão muito ligadas ao conceito de que a mulher nasceu para ser mãe e, quando nos deparamos com algo diferente, um sentimento de estranheza pode aflorar.

Referências

- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Mizrahi, B. G. (2004). *A relação pais e filhos hoje – A parentalidade e as transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Loyola.
- Passos, M. C. (2003). A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In T. Féres-Carneiro, *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas* (1ª ed., pp. 13-25). São Paulo: Edições Loyola.
- Passos, M. C. (2005). Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In T. Féres-Carneiro, *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (1ª ed., pp. 11-23). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Endereço para correspondência

contato@paulapenteadó.com.br

Enviado em 21/07/2012

1ª revisão em 31/10/2011

2ª revisão em 24/04/2012